

Desenvolvimento da criança: análise das concepções teóricas adotadas pelos guias de orientação do PIM

*Desarrollo infantil: análisis de las concepciones teóricas adoptadas por
los guías de orientación del PIM*

*Child development: analysis of theoretical concepts adopted by PIM's
orienting documents*

Jane da Silveira Martins de Paiva¹

Me. Fernando Benvenuto Schaab²

Resumo

O Programa Primeira Infância Melhor (PIM), Política Pública do estado do Rio Grande do Sul, é desenvolvido desde 2003 e tornou-se Lei Estadual (n.º 12.544) em 03 de julho de 2006. Iniciativa pioneira no Brasil, se aloca como “ação transversal de promoção do desenvolvimento integral da primeira infância”; para isso, fundamenta-se teoricamente nos postulados de Vygotsky, Bowlby, Winnicott, Piaget, Bruner e nos avanços atuais da Neurociência. Visando lançar mãos a um trabalho inicial de reflexão sobre o PIM objetivamos refletir sobre como o Programa aborda o desenvolvimento da criança em sua metodologia de trabalho, mais especificamente, nos seus guias de orientação: o *Guia de Orientação para GTM, Monitor e visitador*, em que são tratadas as modalidades de atenção contempladas pelo PIM e os aspectos relevantes para a execução do Programa, como os do desenvolvimento da criança no período inicial de vida. Embasando-nos, no campo da metodologia, em uma revisão bibliográfica de cunho exploratório acerca do PIM, a partir da qual constituímos o suporte necessário para a análise do referido material.

Palavras-chave: PIM; Desenvolvimento da Criança; Guias de Orientação.

Abstract

The *Primeira Infância Melhor* program (PIM), public policy of the *Rio Grande do Sul* (BR) state; It is developed since 2003 and became a state law (No. 12,544) on July 3, 2006. A pioneering initiative in Brazil, is presented as "transversal action of promoting of the integral development of early childhood"; for this, is theoretically based on the postulates of Vygotsky, Bowlby, Winnicott, Piaget, Bruner and in the current advances in neuroscience. Aiming at an initial work of reflection about the PIM, we aim to reflect on how the program deals with the development of the child in its work methodology, more specifically, at one of its guidance documents: the *Guia de Orientação para GTM, Monitor e visitador*, where are treated the modalities of care covered by the PIM and the relevant aspects of the program implementation, as the child's development in the early period of life. Based, in the field of methodology, in a literature review of an exploratory nature about the PIM, we constitute the necessary support for the analysis of the material.

¹ Professora na Escola Municipal de Educação Infantil Professora Verdina Raffo. Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil. silveira.martins.jane@hotmail.com

² Mestre em Geografia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFRS; Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. fernandoschaab@ifsul.edu.br

Keywords: PIM; Child development; Guidance documents.

Resumen

El Programa Primeira Infância Melhor (PIM), Política Pública del Estado del Rio Grande do Sul (Brasil), es desarrollado desde 2003 y se tornó ley estadual (n.º 12.544) en 03 de julio de 2006. Iniciativa pionera en Brasil, se propone como una acción transversal de promoción del desarrollo integral de la primera infancia; para eso, se fundamenta teóricamente en los postulados de Vygotsky, Bowlby, Winnicott, Piaget, Bruner y en los avances actuales de la Neurociencia. Con el propósito de lanzar manos a un trabajo inicial de reflexión sobre el PIM objetivamos reflexionar sobre la manera como el Programa trata del desarrollo infantil en su metodología de trabajo, más específicamente, en uno de sus guías de orientación: el *Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador*, en que son tratadas las modalidades de atención contempladas por el PIM y los aspectos relevantes para la ejecución del Programa, como los del desarrollo del niño en el período inicial de vida. Basándonos, en el campo de la metodología, en una Revisión bibliográfica exploratoria acerca del PIM, a partir de la cual constituiremos el soporte necesario para el análisis del referido material.

Palabras clave: PIM; Desarrollo del niño; Guías de Orientación.

1. Introdução: situando a pesquisa e seus pressupostos

O Primeira Infância Melhor (PIM), política pública do estado do Rio Grande do Sul, é desenvolvido desde 2003 e tornou-se Lei Estadual (n.º 12.544) em 03 de julho de 2006. Iniciativa pioneira no Brasil, se aloca como “ação transversal de promoção do desenvolvimento integral da primeira infância” (RIO GRANDE DO SUL, 2016a). O Programa é desenvolvido por meio de “visitas semanais, domiciliares e comunitárias, a famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, visando o fortalecimento de suas competências para educar e cuidar de suas crianças” (RIO GRANDE DO SUL, 2016a).

Tendo como referência o projeto cubano *Educa a tu hijo*, do qual, primariamente, recebeu apoio durante sua fase de implantação, o PIM “está voltado para o desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais do ser humano, e tem como eixos de sustentação a “Comunidade, a Família e a Intersetorialidade” (RIO GRANDE DO SUL, 2016a). É um dos projetos de maior prioridade da Secretaria Estadual de Saúde (SES), bem como é basilar para as atividades previstas na Ação Brasil Carinhoso; desta forma, o PIM “é reconhecido como uma das tecnologias sociais mais consistentes para o cuidado com as infâncias na América Latina” (RIO GRANDE DO SUL, 2016a).

Fundamentado teoricamente nos postulados de Vygotsky, Bowlby, Winnicot, Bruner e Piaget, assim como nos avanços atuais da Neurociência, o PIM ancora-se em uma perspectiva multidisciplinar, que objetiva “o desenvolvimento integral da criança”, e, para tal, distribui-se em eixos de trabalho, tais como “a Família”, “o Brincar” e a “Proteção Social”.

As principais ações do Programa dão-se por meio de: “visitas domiciliares e atividades comunitárias, realizadas semanalmente por Visitadores a famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, visando o fortalecimento de suas competências em educar e

cuidar de suas crianças”; “promoção de atividades lúdicas que qualificam as relações familiares e comunitárias e contribuem para o desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais do ser humano”; “elaboração conjunta de planos singulares de cuidados com as equipes municipais de atenção básica em saúde, de proteção social básica e de educação”. (RIO GRANDE DO SUL, 2016)

Assim sendo, por meio destas ações, o PIM propõe-se a atuar em duas grandes dimensões: a curto prazo, o desenvolvimento infantil, e, a longo prazo, o desenvolvimento humano. Até novembro de 2015, segundo dados fornecidos pela SES, o Programa contemplava 250 municípios habilitados, e o montante de 2.629 Visitadores, além de 52.580 famílias atendidas, 7.887 gestantes, e 57.838 crianças.

A partir do reconhecimento da relevância desta política pública, do seu alcance social e do impacto de suas ações, surgiu nosso interesse em tê-la como objeto de pesquisa, o que se contrapõe à constatação da baixa produção acadêmica ao seu redor, restringida a um número pequeno de Trabalhos de Conclusão de Curso, Artigos, Dissertações e Teses que giram em torno das temáticas que lhes são particulares.

Assim, com a finalidade de lançar mãos a um trabalho inicial de reflexão sobre o PIM, e motivados por futuras investigações mais aprofundadas, objetivamos, neste trabalho, refletir sobre como o Programa aborda o desenvolvimento da criança em sua metodologia de trabalho, mais especificamente, nos seus guias de orientação, contrastando, para tanto, as maneiras como o desenvolvimento infantil é visto no campo da fundamentação teórica do Programa e como é tratado em algumas seções de um dos guias de orientação. Nossa hipótese se pauta na crença de que o Guia de Orientação, contempla, basilamente, na metodologia de trabalho que expressa, o desenvolvimento integral da criança visando, por exemplo, as dimensões da linguagem, da motricidade, da cognição e da socioafetividade.

Para tal, especificamente, nos propomos a: destacar aspectos históricos, sociais e políticos envolvidos na implantação do PIM no Rio Grande do Sul; sumarizar os pressupostos teóricos que o norteiam, atentando para os que dizem respeito ao desenvolvimento infantil; refletir sobre como o Programa trata o desenvolvimento da criança em sua metodologia de trabalho abordada pelo “Guia de Orientação Para GTM, Monitor e Visitador”; para, por fim, evidenciar as (dis)tensões entre o discurso teórico utilizado pelo PIM em contraponto com a postura metodológica empregada no referido guia.

Levando em conta o que foi exposto, e com vistas a cumprir nossos objetivos, optamos metodologicamente, em um primeiro momento, por uma Revisão bibliográfica exploratória acerca do PIM. Segundo Gil (2007, p.43) “a pesquisa bibliográfica é feita a partir

do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos”, e, por ser exploratória, “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Por meio dessa, em um segundo passo, será possível contrastar as referências teóricas levantadas com os materiais de análise, evidenciando prováveis (inter-)relações e (in-)coerências.

Com vistas a uma exposição concisa e didática de nossa investigação, utilizamos a seguinte estrutura, seccionada em dois títulos, que acompanham esta introdução e considerações finais: **Sobre o PIM: apontamentos iniciais**, primeira seção, em que elucidamos o histórico do Programa, as suas concepções teóricas e seu campo de atuação, tratando, brevemente, dos seus ‘Guias de Orientação’; e, **Metodologia de trabalho do Programa: o Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador em questão**, segunda seção, em que contextualizamos, especificamente, o Guia de Orientação Para GTM, Monitor e Visitador, assim como analisamos, propriamente, o dito material a partir de uma abordagem teórico-crítica.

2. Sobre o PIM: apontamentos iniciais

2.1 Primeira Infância Melhor: contextualizando

O Primeira Infância Melhor (PIM) foi instaurado no Rio Grande do Sul em 2003, por meio da Secretara Estadual de Saúde (SES), na gestão do até então secretário Osmar Gasparini Terra. Devido à sua formação em medicina e ao seu grande interesse em Neurociência, Omar acreditava que existia uma relação direta entre os cuidados e estímulos adotados na primeira infância com o desenvolvimento cerebral e global da criança; diante disso, Gasparini visitou Programas que tinham por pressuposto esta mesma visão, até que estas atividades culminaram com a criação do PIM (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p. 22).

O PIM é uma política pública que se refere a um exercício transversal de promoção do desenvolvimento integral da primeira infância. Suas atividades se dão por meio de visitas domiciliares e comunitárias, periódicas, a famílias em estado de risco e vulnerabilidade social, objetivando o fortalecimento das competências dos pais/responsáveis para educar e cuidar dos(-as) seus(suas) filhos/crianças.

Compondo o quadro de projetos prioritários da (SES) do Rio Grande do Sul, o PIM é visto como uma das principais iniciativas no que refere a promoção da saúde e o desenvolvimento das crianças, conhecido também como uma das tecnologias sociais mais consistentes para o cuidado com as infâncias na América Latina.

Sua referência é o projeto cubano *Educa a tu Hijo* (1970), pertencente ao “Centro de Referencia Latinoamericana para la Educación Preescolar (CELEP), que se enfoca na oferta de alternativas educacionais a crianças que vivem em zonas rurais e montanhosas de Cuba, isto é, àquelas que não possuem acesso ao “Círculo Infantil”. Assim, o Programa atende famílias compartilhando conhecimentos essenciais para poderem preparar seus filhos para ingressar na escola.

Os principais aportes teóricos que fundamentam o Programa são Vygotsky, Piaget, Bowlby, Bruner e Winnicot. Além desses pressupostos, foram agregados à fundamentação do PIM os estudos da Neurociência, que dizem respeito ao funcionamento e desenvolvimento do cérebro nos primeiros anos de vida do bebê; logo, o PIM entende o desenvolvimento integral da criança enquanto processo complexo, pautado em relações biológicas, sociais, históricas, cognitivas, emocionais e afetivas, ou seja, o desenvolvimento holístico da primeira infância.

Ancorados nos aportes apresentados acima, as atividades do PIM se desenvolvem por meio de visitas domiciliares feitas às famílias cadastradas e, juntamente com os Visitadores, são realizadas atividades lúdicas voltadas ao desenvolvimento da criança, levando em conta o contexto cultural, as necessidades e os interesses das famílias. A visitação realizada pelo PIM se dá através de duas modalidades: a ‘Atenção individual’ e ‘Atenção Grupal’, ambas com, aproximadamente, uma hora e meia de duração.

As visitas são realizadas da seguinte maneira: gestantes recebem atendimento individual e grupal quinzenalmente; crianças de 0 a 2 anos de idade recebem atendimento individual quinzenal; crianças de 3 anos recebem atendimento individual semanal e atendimento grupal mensal; crianças de 4 a 5 anos recebem atendimento grupal semanal. De acordo com o site do Programa, as ações dessas visitas fomentam a “realização de atividades lúdicas que qualificam as relações familiares e comunitárias e contribuem para o desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais do ser humano” (RIO GRANDE DO SUL, 2016a, s/p).

As visitas são feitas em três momentos. A modalidade de atenção individual se desenvolve: em um momento inicial, em que o Visitador dialoga sobre os aspectos do desenvolvimento que serão focados nas atividades propostas ou, em caso de gestante, quais benefícios que a atividade causará para a dupla (mãe e filho); no momento da atividade em si; e, no momento final, que se foca na avaliação da atividade, também utilizado para sanar dúvidas e dar orientações.

A modalidade de atenção grupal se dá: pelo momento inicial, no qual o Visitador cria condições para o desenvolvimento da atividade; pelo momento da atividade em si, em que é

promovida um espaço de interação para que as famílias participem da atividade proposta, tendo em vista as diferentes faixas etárias; e, pelo momento final, em que são enaltecidos os resultados da atividade em detrimento dos objetivos que ela propunha, assim como os participantes são orientados a dar prosseguimento às atividades em suas casas.

Toda as atividades desenvolvidas pelo Programa, ministradas pelos Monitores e Visitadores, são orientadas por meio de capacitações regionais, elaboradas pelo Grupo Técnico Estadual (GTE) e ofertadas para o Grupo Técnico Municipal (GTM) e Monitores; após essa capacitação, os Monitores multiplicam os conhecimentos adquiridos com os Visitadores para que eles realizem as atividades com as famílias. Além disso, ainda acerca da capacitação dos sujeitos envolvidos na gestão e na aplicação do Programa, são fornecidos pela SES guias de orientação, manuais de consulta contínua.

Cada município que implementa o PIM organiza um GTM, que é composto por representantes da Saúde, da Educação e da Ciência Social, além de representantes da Cultura e do Terceiro Setor (ONGs), formando um grupo multidisciplinar que, segundo Schneider e Ramires (2007, p. 65-66), “é responsável pela organização, planejamento, execução e acompanhamento da Capacitação dos Visitadores e Monitores e das ações de implantação e implementação do PIM, estabelecendo uma sistemática de ação contextualizada”.

Desde a sua implementação, o PIM tem crescido de maneira satisfatória. De acordo com pesquisas da *Offord Centre for Child Development* (RIO GRANDE DO SUL, 2016c), da Universidade McMaster, de Toronto (Canadá), que analisaram o impacto do PIM na vida escolar de crianças, demonstram que na situação das crianças egressas do Programa, em relação às não participantes: os “Pais mostraram-se mais presentes na vida escolar dos filhos”, foram reduzidas a “vulnerabilidade para aprendizagem, especialmente nos meninos – o que representa um fator protetivo” e a “vulnerabilidade para aprendizagem nas crianças filhas de mães com baixa escolaridade”, assim como estes impactos são observáveis com maior evidência quando são levadas em conta “crianças que participaram por mais de 2 anos” do PIM.

Ainda, de acordo com dados previamente citados, na introdução do presente artigo, em novembro de 2015, último senso do PIM, haviam 250 municípios cadastrados no Programa, 2.629 Visitadores capacitados para atender 52.580 famílias, que englobavam um montante de 7.887 gestantes e 57.838 crianças. Assim sendo, é explícito quanto o Programa é abrangente, assim como é uma Política Pública de extrema relevância para a promoção da família, dos direitos da criança e do adolescente, bem como do acesso comunitário à saúde, à educação e à assistência social.

Expostas, brevemente, as condições sócio-históricas e políticas imbricadas na instituição do PIM, passaremos tratar dos pressupostos teóricos que lhes dão embase:

2.2 Primeira Infância Melhor: concepções teóricas

Como explicitado na subseção anterior, o PIM se ancora em 6 concepções teóricas que versam sobre o desenvolvimento infantil, considerando as relações da criança com o mundo; são elas as contribuições de Vygotsky e de sua teoria histórico-cultural, a teoria da aprendizagem de Piaget, pelas descobertas da Neurociência sobre o desenvolvimento cerebral na primeira infância e na teoria da formação e do desenvolvimento de vínculos afetivos de Bowlby. Ainda, são considerados os estudos de Winnicott, sobre a relevância do ambiente e das funções exercidas pelas figuras maternas e paternas, e os de Bruner, com menor expressividade, que tratam da autoestima e das identidades étnico-raciais partindo do pressuposto da diferença. A partir deste panorama, é visível que o PIM se pauta em uma abordagem holística do desenvolvimento da criança, isto é, no desenvolvimento integral, nas dimensões do biológico, do cognitivo, do emocional/afetivo e dos contextos sócio-históricos, culturais e identitários.

O primeiro postulado teórico sobre o qual nos deteremos é o de Vygotsky, no que se refere ao seu modelo histórico-cultural; neste contexto, “a criança deve ser considerada como um ser eminentemente social, que tem o seu desenvolvimento organizado nas e pelas relações interpessoais” (VYGOTSKY, 1982 apud SCHNEIDER e RAMIRES, 2007, p. 57). O referido modelo retrata o desenvolvimento humano por meio de relações e de trocas entre sujeitos sociais, intituladas por Vygotsky (1988) como “processos de interação e mediação”. Para o autor, as crianças são seres iminentemente sociais, que se desenvolvem organizadamente através das relações (inter-)pessoais.

No palco desses processos de interação, são reconhecidamente relevantes os aspectos biológicos, interpessoais, educacionais, as condições sociais da família, a organização e mediação dos serviços públicos, e o próprio modo como os sujeitos estruturam suas visões de mundo. Assim, o autor ainda afirma que os sujeitos não são somente ativos, mas também interativos, pois constroem conhecimentos por meio das relações sociais, e, são nessas relações que os conhecimentos e as funções sociais são internalizados, o que possibilita a constituição de suas próprias consciências.

No que se refere ao desenvolvimento da criança, Vygotsky (1988) defende que ela é atuante no seu desenvolvimento, proativa, alterando o mundo e promovendo transformações entre os sujeitos com os quais se relaciona. Devido a isso, o ensino aprendizagem é visto como

um processo pelo qual o indivíduo adquire informações habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos (a capacidade de digestão, por exemplo, que já nasce com o indivíduo) e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente. Em Vygotski, justamente por sua ênfase nos processos sócio-históricos, a idéia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. O termo que ele utiliza em russo (*obuchenie*) significa algo como “processo de ensino aprendizagem”, incluindo sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas. (OLIVEIRA,1995, p.57).

No PIM, o processo de desenvolvimento da criança é visto a partir de dois níveis: o primeiro é o real, que se refere às conquistas já efetivadas; e, o segundo é o de desenvolvimento potencial, que se refere aquilo que a criança é capaz de fazer, porém, necessita da ajuda de outra pessoa. Nestes níveis são realizadas tarefas, e problemas são solucionados por meio do diálogo, da colaboração, da imitação e da experiência compartilhada. Vygotsky nomeou esses últimos níveis como “Zona de desenvolvimento proximal” (ZDP), nos quais a aprendizagem ocorre a partir da distância entre o que o sujeito já sabe em relação a aquilo que ele tem potencial para aprender.

Outro autor contemplado nas concepções teóricas do PIM é Piaget. Para esse teórico o desenvolvimento da criança depende da sua interação com as outras através de estágios; são eles os estágios: sensório-motor, simbólico/pré-operatório, conceptual e operacional. Tais estágios são basilares para o PIM na construção de seu aparato metodológico; vale ressaltar que, segundo Piaget, os estágios de desenvolvimento se dão desde o nascimento da criança e acompanham seu crescimento até, em média, os dezesseis anos de idade - como o Programa desenvolve suas atividades com crianças de até seis anos, são adotados pelo PIM somente os dois primeiros estágios: o sensório-motor e o simbólico/pré-operatório.

O primeiro, sensório-motor, inicia no nascimento da criança e vai até os dois anos de idade; é nessa fase que se inicia o desenvolvimento da coordenação motora, ou seja, quando a criança aprende a distinguir objetos em relação ao seu próprio corpo e os pensamentos se vinculam ao concreto. O segundo estágio, o simbólico/pré-operatório, se estende dos dois até os sete anos de idade, em média; nessa faixa etária a criança se centra nela mesma - o que Piaget chama de pensamento egocêntrico; também é nessa fase que a linguagem começa a ser externalizada enquanto socialização através da fala, de desenhos e dramatizações.

Winnicott e Bowlby também fundamentam as ações desenvolvidas pelo PIM. Bowlby, ancorado na teoria do apego, acreditava que os bebês são inatamente propensos ao apego, no que se refere ao contato físico e emocional humano, justificando a existência da sua

necessidade de um objeto independente do alimento (BOWLBY, 1990). Segundo Schneider e Ramires, a teoria de Bowlby

descreve a propensão dos seres humanos a estabelecerem fortes vínculos afetivos com alguns outros. Ele também aborda as múltiplas formas de consternação emocional e perturbação da personalidade, incluindo ansiedade, raiva, depressão e desligamento emocional, a que a separação e perda involuntária dão origem. (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p. 62).

Visando os fortes vínculos que são desenvolvidos entre os indivíduos, Bowlby (1990) acredita que, por meio deles, as crianças tendem a fortalecer o seu desenvolvimento, tornando-se mais saudáveis; caso contrário, seus vínculos futuros, sua interação social, suas possibilidades de participação social e de aprendizagem serão negativamente afetadas.

Winnicott dá atenção ao ambiente em que a criança se desenvolve. Para o autor, quando a criança nasce precisa de proteção: sua concepção do mundo exterior é desorganizada, entretanto, é dotada de uma “tendência para o desenvolvimento” (WINNICOTT, 1993). Neste caso, a mãe deve munir a criança de um ego auxiliar que lhe permita incluir suas sensações corporais, os estímulos advindos do ambiente e as capacidades motoras; assim, a criança é tomada por um “suporte” que a auxiliará no aperfeiçoamento das condições inatas do desenvolvimento.

Em suma, essas duas correntes teóricas, as de Winnicott e de Bowlby, sustentam o Programa nas questões relativas às gestantes e aos vínculos afetivos destas com seus filhos, visto que tratam do ambiente em que a criança pertencerá após o nascimento, assim como a relevância de o comportamento dos responsáveis/pais se identificarem com as necessidades da criança para o seu pleno desenvolvimento.

Ainda, o PIM inclui em seus aportes teóricos as contribuições da Neurociência, pois as performances do funcionamento do cérebro, da sua plasticidade e das suas capacidades de conexões neuronais comprovam a relevância do estímulo no período correto para propiciar o desenvolvimento integral do bebê. Quando o bebê nasce, é estabelecido entre ele e a sua mãe, ou principais cuidadores, uma nova experiência interativa que ocasiona uma modificação na base genética do cérebro humano; com isso, 100 bilhões de neurônios vão se modificar, surgem novas redes neurais e funções cognitivas mais sofisticadas, como a aprendizagem. Por exemplo, de acordo com Cunha,

Enquanto um pai está tentando confortar um bebê que chora, ou uma mãe conversa com seu filho numa atenta relação “olho no olho”, ou enquanto o neto ouve a história que a avó lhe conta, numa questão de segundos, milhares de células do

cérebro destas crianças proliferam, se desorganizam, são eliminadas, organizadas e reorganizadas pelo estímulo destas experiências particulares. (CUNHA, 2002, p. 354).

Assim, a Neurociência é relevante para o PIM, segundo o livro *Conhecendo o Programa Primeira Infância Melhor* (RIO GRANDE DO SUL, 2007b), codificado pela SES, pois a partir dela é reconhecida a necessidade de garantir positivamente as experiências dos primeiros meses de vida de um bebê, que dão forma às funções psicológicas posteriores, como, por exemplo, a percepção, a memória, e as emoções, pensamentos e comportamentos, que são produtos da atividade dos circuitos neuronais.

Além desses teóricos, mais contemporaneamente, foram agregados ao arcabouço teórico do PIM os postulados de Bruner. Considerando as populações indígenas, quilombolas e a situação das mulheres no cárcere, sua teoria dá enfoque à “revitalização das culturas”, tendo em vista as próprias comunidades, em que a promoção e a consolidação da autoestima e das identidades étnico-raciais são fatores indispensáveis ao pleno desenvolvimento da criança. Embora o Programa trate da relevância dos postulados de Bruner, dentre as suas bases teóricas, e metodológicas, muito pouco da obra do referido estudioso é tratada nos documentos do PIM.

Em suma, o Programa busca, segundo Schneider e Ramires (2007, p. 64), “criar condições, promover e acompanhar o desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos, através do trabalho intenso e contínuo com suas famílias e comunidades”. Para dar conta de elucidar esses objetivos, se faz necessário que tratemos a maneira como os discursos teóricos aqui apresentados se consolidam nas proposições práticas do Programa, isto é, a necessidade de dissertar sobre o modelo de gestão do PIM e das suas propostas de capacitação e formação, sumariamente expressas em seus guias de formação.

2.3 Primeira Infância Melhor: gestão e guias de orientação

Conforme dito anteriormente, trataremos, nesta última subseção, especificamente, da gestão do PIM e dos guias de orientação, que serão nosso objeto de análise na seção subsequente. Para isso, discorreremos sobre como se dá a gestão do Programa, como esta se organiza a nível municipal, para, por fim, tratar da capacitação dos GTMs (Grupos Técnicos Municipais), dos Monitores e dos Visitadores, abarcando, nesse ponto, os guias de orientação utilizados como recurso de orientação inicial para os Visitadores, e, posteriormente, tratado como material de consulta contínua.

Como antes mencionado, o PIM tem como um dos seus eixos articuladores a “intersetorialidade”, e, devido a isso, o Comitê Gestor do Programa se estrutura, no âmbito estadual, sob a coordenação da SES com colaboração da Secretaria Estadual de Justiça e Desenvolvimento Social, da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria Estadual de Cultura. O gerenciamento do Programa é feito pelo Grupo Técnico Estadual (GTE), constituído por equipes técnicas das ditas Secretarias, por representantes das Coordenadorias Regionais de Educação e de Saúde, assim como por parceiros das Delegacias Regionais da Secretaria Estadual da Justiça e Desenvolvimento Social. Ainda, segundo Schneider e Ramires (2007, p. 65), este grupo multidisciplinar é “composto por profissionais com formação superior nas áreas social, da saúde e da educação; contando, ainda, com o suporte técnico do Escritório Antena da UNESCO no Rio Grande do Sul e de sua Representação Nacional”.

O GTE possui a responsabilidade de elaborar mecanismos de implementação e implantação do PIM nos municípios, sendo encarregado de assessorar, monitorar, capacitar e avaliar cada GTM, e, inclusive, os Monitores e Visitadores do Programa. Já, os GTMs são compostos por representantes das Secretarias Municipais envolvidas pelo arcabouço intersetorial do PIM, necessariamente graduados, ou graduandos, em suas devidas áreas de atuação; capacitados pelo GTE, estes grupos são imbuídos de organizar, planejar, executar e acompanhar a instrumentalização dos Monitores e Visitadores, propondo a sistematização das ações do Programa, contextualmente adequadas às peculiaridades de cada município e/ou comunidade, cabendo-lhes, ainda, o papel de selecionar as famílias que serão beneficiadas pelo PIM, tendo por referência as localidades a serem contempladas/escolhidas.

Os integrantes dos GTMs reúnem-se, periodicamente,

para trabalhar questões de natureza técnico-administrativa sobre capacitação de Monitores, contratação de Visitadores, articulação com a rede de serviços e sensibilização de Gestores e de segmentos da sociedade para o Programa e seus objetivos. Nessas reuniões também são realizados o planejamento didático-pedagógico e o assessoramento aos Monitores e Visitadores quanto às atividades junto às famílias, além do acompanhamento e avaliação das ações do PIM. (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p. 66)

Tratadas as atribuições do GTE e dos GTMs, cabe discorrer, agora, sobre as atribuições dos Visitadores e dos Monitores, atores que constituem a base de trabalho do PIM. Segundo dados do próprio Programa (RIO GRANDE DO SUL, 2007a, p. 11-12), o Visitador do PIM é visto como o mediador entre a família atendida por ele e todos os demais Programas de assistência social existentes no município, sendo da alçada do GTM referenciar e organizar

este acesso. Os Visitadores são submetidos a um processo continuado de capacitação, acompanhados e supervisionados pelos Monitores e GTMs.

O Monitor, em contrapartida,

é um profissional com formação de nível superior, preferencialmente na área da educação, que tem por atribuição orientar, supervisionar e compartilhar conhecimentos com os Visitadores, acerca da metodologia do Programa, para que estes os utilizem junto às famílias. É selecionado e capacitado para assumir a coordenação, o acompanhamento, o apoio e o monitoramento do planejamento e execução do trabalho de um grupo de cinco Visitadores. (RIO GRANDE DO SUL, 2007a, p. 11-12).

Acerca da capacitação destes profissionais, é vista como um processo educativo contínuo, diretamente relacionado à autonomia e pró-atividade dos sujeitos em apropriarem-se do PIM. As capacitações são obrigatórias a toda a equipe municipal, ou seja, é indispensável para o GTM, para os Monitores e Visitadores. As capacitações se dão em três momentos, sendo eles os da *Capacitação Inicial*, da *Capacitação Continuada Regional* e das *Capacitações de Visitadores*, partindo todas de dois eixos comuns: o da sensibilização e o da instrumentalização permanente dos diferentes agentes e grupos que compõem o PIM.

É na Capacitação Inicial que os informes documentais são apresentados aos GTMs e Monitores, para serem, posteriormente, reapresentados aos Visitadores; tais documentos, e diretrizes, são sumarizados em “guias de orientação”, documentos de livre acesso, oferecidos impressos para os GTMs e disponibilizados em formato digital pela SES na página institucional do PIM na *internet*. Boa parte dos referidos materiais são voltados, exclusivamente, aos gestores, como o “Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador” e o “Guia da Gestante para Visitador”, porém, há outros, como o “Guia da Gestante” e o “Guia da Família”, que tem por público-alvo as famílias e as comunidades assistidas.

Isso posto, passaremos, na próxima seção, a tratar do “Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador”, produção bibliográfica voltada à formação dos agentes do PIM, que analisaremos criticamente, atentando para como o discurso teórico sobre o desenvolvimento integral da criança, abordado na presente seção, é mobilizado em algumas de suas sessões, como, por exemplo, nas que versam sobre as modalidades de atenção do Programa e acerca das condições necessárias para o desenvolvimento integral de crianças de zero até seis anos de idade.

3. Metodologia de trabalho do programa: o *Guia De Orientação Para GTM, Monitor e Visitador em questão*

Na introdução do presente artigo, explicitamos a metodologia de pesquisa utilizada para a efetivação do trabalho, e para o cumprimento dos seus objetivos. A dita metodologia se desenvolveu em dois momentos. O primeiro, o da Revisão bibliográfica exploratória, efetuada na seção anterior, que nos facultou uma maior familiaridade com o PIM, com seu contexto sócio-histórico, político e epistemológico, deixando explícita a constituição do seu arcabouço teórico e de sua metodologia de trabalho.

O segundo momento, sobre o qual nos debruçamos agora, se propõe, conforme indiciado no fechamento da subseção anterior, a contrastar as informações obtidas pela revisão bibliográfica, especificamente, as referências teóricas do Programa, com o “Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador”, buscando evidenciar prováveis (inter-)relações e (in-)coerências entre a teoria que fundamenta o PIM e suas orientações práticas para os GTMs, Monitores e Visitadores, sumarizadas pelo guia.

Dada a impossibilidade de abordar, de maneira crítica, todo o conteúdo do nosso objeto de análise, propusemos um recorte: o de analisar como o discurso teórico sobre o desenvolvimento integral da criança, pautado pelos pressupostos de Vygotsky, Piaget, Bowlby, Winnicott, Bruner e dos estudos da neurociência, é transposto metodologicamente em duas seções específicas do Guia de Orientação, que se constitui a partir dessas e de outras sete; são elas os capítulos

- Cap. III - Entendendo as modalidades de atenção;
- Cap. IV - Destacando aspectos relevantes para a execução do Programa primeira infância melhor;

O referido Guia (RIO GRANDE DO SUL, 2007a) surge com o objetivo de oferecer “orientações quanto à estrutura, funcionamento e aplicação do Programa às famílias e suas crianças de 0 até 6 anos de idade e gestantes” (p. 7), servindo como orientação ao GTM, Monitores e Visitadores, de maneira a ajudá-los na execução de suas atividades. Nele são definidos os papéis de cada um dos atores que constituem a equipe municipal do PIM, seus perfis e incumbências. Também ficam “registradas técnicas, orientações e procedimentos indispensáveis para a atuação do GTM e do Monitor junto aos Visitadores” (p. 7), assim como é salientada a “responsabilidade do GTM e do Monitor de capacitar os Visitadores que, por sua vez, irão orientar adequada e sistematicamente as famílias que os recebem em suas moradias, contribuindo, assim, para o desenvolvimento integral de seus filhos” (p. 7).

Os conteúdos têm por finalidade colaborar para o aprimoramento contínuo das atividades desenvolvidas, e, é de suma necessidade que sejam estudados e enriquecidos pelos grupos que venham a integrar o Programa. Os conteúdos são dispostos em nove capítulos; que abordam desde a implementação do projeto no município, até a avaliação dos impactos do Programa nas comunidades em que se insere.

Especificamente, os capítulos (III, IV) que analisaremos tratam, respectivamente: das modalidades de atenção contempladas pelo PIM; dos aspectos relevantes para a execução do Programa, como os do desenvolvimento (e das condições que o estimulam) da criança no período inicial de vida. Elegemos como alvo principal de nossas análises estes capítulos, justamente, por neles serem abordados, mais diretamente, as temáticas referentes ao desenvolvimento infantil.

Assim sendo, traçada a nossa revisão da literatura sobre o PIM, e tecidas as nossas considerações metodológicas para a análise do Guia de Orientação, passamos, a seguir, ao trabalho de contrastar os discursos teóricos e metodológicos do PIM com vistas a averiguar nossa hipótese: a de que o Guia de Orientação, contempla, basilamente, na metodologia de trabalho que expressa, o desenvolvimento integral da criança, visando, por exemplo, as dimensões da linguagem, da motricidade, da cognição e da socioafetividade

3.1. Do embasamento teórico à metodologia de trabalho: contrastes

3.1.1. Acerca das modalidades de atuação

No capítulo III do “Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador”, *Entendendo as modalidades de atenção*, são expostas as metodologias de atenção oferecidas aos sujeitos atendidos pelo PIM. São elencadas as modalidades Individual e Grupal, assim como as Visitas de acompanhamento, as Reuniões Comunitárias com as Gestantes e as Atividades Comunitárias.

A Modalidade individual é voltada a bebês de 0 a 2 anos e às gestantes. As atividades desenvolvidas neste íterim são entendidas sobre dois vieses: primeiro, o de respaldo à gestante, no que se refere a Programas de saúde e assistência social, como o Pré-natal; e, segundo, o de garantir a saúde do bebê nos primeiros anos de vida, o que é fundamental para o seu desenvolvimento físico e cognitivo, afinal, é no período de 0 aos 2 anos de idade que se desenvolve a etapa sensório-motora da criança, na qual, segundo Piaget, são construídos esquemas de ação e a inteligência prática.

Cabe salientar que, embora a modalidade de atendimento seja individual, é papel do Visitador o de sempre fomentar a participação da família nas atividades e adequá-las às suas necessidades e dando valor a sua cultura; dessa maneira, é evidente que o PIM preza pela interação entre os sujeitos envolvidos na promoção do desenvolvimento da criança, desde o seio familiar, tomando uma posição de mediador. Fica explícito, por tanto, o reconhecimento às relações interpessoais, preconizadas por Vygotsky, e destaque dado às identidades e culturas dos sujeitos atendidos, postura defendida por Bruner.

Na Modalidade Grupal, a atenção é voltada à socialização das crianças, de 3 até 6 anos de idade, e à instrumentalização das gestantes sobre o período da gravidez. As atividades executadas na atenção grupal com as crianças, de acordo com o guia (2007a, p. 20), visam prestar apoio positivo acerca do “desenvolvimento das crianças, socializando-as, além de orientar as famílias para que continuem motivando as crianças com os conteúdos do Programa em suas próprias casas, sendo fundamental que sejam desenvolvidas brincadeiras como os jogos infantis de faz-de-conta”. Assim, para além do estabelecimento das relações interpessoais (interativas), o PIM propõe-se a estimular a inteligência simbólica e representativa da criança, assim como o seu pensamento egocêntrico, segunda etapa do espectro do desenvolvimento infantil proposto por Piaget, estimulada pelas atividades de faz-de-conta.

Acerca da modalidade grupal voltada às gestantes, esta tem por objetivo oferecer informações relevantes sobre esse período, como por exemplo: a importância da amamentação, da nutrição, do parto e do feto, por exemplo, além de promover a socialização e o intercâmbio de vivências. Para além de estas atividades serem voltadas explicitamente ao campo da saúde, ou seja, à proteção da primeira infância, é evidente que visam, desde a gestação, estabelecer laços entre a mãe e seu filho, atitude que, segundo Winnicott, é a base de uma relação saudável entre o bebê e seu ambiente, de onde emergem os pilares da constituição do sujeito e do desenvolvimento afetivo-emocional da criança, e que, de acordo com Bowlby, partindo da teoria do apego, oferecerá à criança uma base sólida de afeto, que estimulará expectativas positivas em relação ao mundo.

Em se tratando das Visitas de Acompanhamento e das Reuniões Comunitárias com as Gestantes e com a comunidade em geral, estas dedicam-se, respectivamente, ao acompanhamento das atividades promovidas pela família com a criança e às reuniões lúdicas e culturais de integração entre grupos de gestantes e as comunidades atendidas pelo PIM. Nesse ínterim, é acusada a relevância do papel da família como multiplicadora dos conhecimentos construídos junto ao Programa, além do reconhecimento do Programa

enquanto promotor da integração comunitária, que, a partir dos pressupostos de Bruner, assume o compromisso de “revitalizar as culturas a partir das próprias comunidades, promovendo o fortalecimento da autoestima” (RIO GRANDE DO SUL, 2016, s/p).

3.1.2. Sobre o Desenvolvimento Integral da criança e o estímulo

Na seção anterior, referente ao capítulo III, foi frisada a relevância da família e da sociedade para o desenvolvimento integral da criança, partindo de questões como a da interação social, do afeto, das emoções e das identidades e culturas. Nesta seção, que diz respeito ao capítulo IV, *Destacando aspectos relevantes para a execução do Programa primeira infância melhor*, é dado enfoque maior às questões cognitivas e biológicas para o desenvolvimento infantil, atentando, mais especificamente, às etapas de desenvolvimento e às medidas básicas de saúde na primeira infância.

Explicitamente pautado nas etapas do desenvolvimento infantil tratadas por Piaget, a unidade IV salienta, a priori, a relevância da garantia da primeira infância, seja pelo estímulo correspondente aos seus “períodos evolutivos”, seja pela nutrição e higiene adequadas. Nesse entremeio, são salientadas pelo guia (RIO GRANDE DO SUL, 2007a) duas instituições relevantes para o desenvolvimento integral da criança: a escola, onde “as crianças [...] são atendidas por profissionais qualificados e dentro de um Programa especialmente elaborado para favorecer seu desenvolvimento” (p. 22); e, a família, onde as “crianças que não frequentam tais instituições são atendidas em casa e sua qualidade depende, em grande parte, do nível de formação que a família possui e de sua maior ou menor preparação para oferecer à criança a atenção que precisa.” (p. 22).

Como medida paliativa para sanar possíveis déficits nas ações da família e da escola são estabelecidas outras alternativas, denominadas pelo guia (RIO GRANDE DO SUL, 2007a) como *vias institucionais equivalentes* (p. 22); “essas, a partir da realidade da família, preparam-na para que tenham melhores condições de assegurar que seus filhos cresçam mais felizes e mais realizados, mediante o desenvolvimento de suas potencialidades.” (p. 22).

Diante da apreciação das duas sumarizações, acima colocadas, é possível depreender que o Programa se articula a partir de duas premissas básicas, a das etapas do desenvolvimento cognitivo da criança e o da salvaguarda dos primeiros anos de infância (saúde, higiene, nutrição, por exemplo) dada a sua relevância para o desenvolvimento biológico, cognitivo e neuronal da criança. Assim sendo, embora haja ênfase nas questões sócio-históricas e afetivo-emocionais, preconizadas por Vygotsky, Winnicott e Bowlby, se

estabelecem como prioridade necessidades básicas, tais como a alimentação, a saúde e a segurança.

Desse modo, percebe-se a construção de uma “teia” complexa de pressupostos e ações sobre o desenvolvimento integral, que tomam por base a assertiva de que “as crianças têm na família a primeira escola e, nos pais, os primeiros educadores”. (RIO GRANDE DO SUL, 2007a, p. 23). Sendo assim, para que seja garantido esse desenvolvimento, as *vias institucionais equivalentes*, como o PIM, esclarecem aos pais sobre os progressos dos seus filhos, salientando o que se pode e o que se deve conquistar em cada etapa, possibilitando, também, “que conheçam, mediante avaliações de fácil entendimento e execução, como a criança progride e como a gestante deve conduzir sua gravidez” (RIO GRANDE DO SUL, 2007a, p. 24).

A abordagem piagetiana, como evidenciado, é recorrente; nesta mesma seção, quando são elencadas as particularidades do desenvolvimento e as necessidades básicas das crianças que devem ser “conhecidas” e “sabidas”, novamente, as etapas de desenvolvimento são retomadas. De mesmo modo, entre estas particularidades, vêm-se contempladas algumas pressuposições da neurociência, uma vez que são preconizados fatores biológicos e orgânicos relevantes para o desenvolvimento cerebral, neuronal e sináptico (Cunha, 2002). As referidas “particularidades”, segundo o guia (RIO GRANDE DO SUL, 2007a, p. 24), dizem respeito, por exemplo, à “importância do desenvolvimento pré-natal e perinatal da criança” e à devida atenção ao “desenvolvimento irregular da criança, que tem mudanças rápidas (crises) e mudanças lentas (etapas)”.

4. Considerações finais

Por meio da exposição do nosso interesse e justificativa de pesquisa, e tendo em vistas a construção de um trabalho inicial de reflexão sobre o PIM que nos facultasse suporte para futuras investigações, frisamos nosso objetivo geral, o de “refletir sobre como o Programa aborda o desenvolvimento da criança em sua metodologia de trabalho”. A hipótese que estruturamos, a partir de nossos conhecimentos prévios sobre o PIM, foi a “de que o Guia de Orientação, contempla, basilarmente, na metodologia de trabalho que expressa, o desenvolvimento integral da criança visando várias dimensões como as da “linguagem, da motricidade, da cognição e da socioafetividade”.

Para cumprir este objetivo primeiro, julgamos necessário destacar aspectos históricos, sociais e políticos envolvidos na implantação do PIM no Rio Grande do Sul; sumarizar os pressupostos teóricos que o norteiam, atentando para os que dizem respeito ao

desenvolvimento infantil; refletir sobre como o Programa trata o desenvolvimento da criança em sua metodologia de trabalho, abordada pelo “Guia de Orientação Para GTM, Monitor e Visitador”; para que, por fim, pudéssemos evidenciar as (dis)tensões entre o discurso teórico utilizado pelo PIM em contraponto com a postura metodológica empregada no referido guia.

Com a finalidade de cumprir o acima exposto, nos pautamos em uma Revisão bibliográfica exploratória, que nos facultou reconhecer a complexidade dos discursos sociais, históricos, políticos, diretivos e teóricos por detrás do PIM e de sua metodologia de trabalho. De acordo com o próprio Programa, estas questões são condensadas em seus documentos e diretrizes, codificados nos Guias de Orientação.

Assim, entendemos que, para compreender a metodologia de trabalho do PIM, e os seus pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento infantil, se fazia necessário contrastar os conhecimentos angariados pela revisão da literatura com um dos documentos que estruturam o *modus operandi* do Programa, buscando compreender as (dis)tensões entre o discurso “teórico” e o “prático”; demos prioridade ao “Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador”, material de formação utilizado pelos profissionais da base de atuação do PIM, especificamente às seções que tratavam, diretamente, do desenvolvimento da criança.

Por meio deste contraste, foi possível comprovar a nossa hipótese, visto que, realmente, o Guia de Orientação reafirma o discurso teórico preconizado pelo arcabouço epistemológico do PIM na construção da sua metodologia de trabalho. Isto é, o desenvolvimento infantil é tratado de maneira integral, holística e complexa, dando a devida relevância às dimensões da linguagem, da motricidade, da cognição e da afetividade, por exemplo.

Desta maneira, reconhecemos ter efetivado um estudo breve, porém de extrema relevância subjetiva, pois, por meio dele, identificamos futuras possibilidades de pesquisa, como, por exemplo, a de investigar a maneira como o PIM promove suas atividades em âmbito municipal e quais os seus impactos reais no desenvolvimento integral das crianças atendidas.

Para além das possibilidades de estudo vindouras, acreditamos na relevância deste artigo dado haveremos proposto uma pesquisa interdisciplinar entre a temática psicopedagógica do desenvolvimento infantil e o campo das Políticas Públicas para a primeira infância, debruçando-nos, para isso, sobre um Programa social de grande impacto no Rio Grande do Sul – contribuindo para os estudos no campo da Educação.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Políticas intersetoriais em favor da infância: guia referencial para gestores municipais. Brasília: MS/Comitê da Primeira Infância, 2012.

BOWLBY, J. Apego: a natureza do vínculo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CUNHA, I. Neurobiologia do Vínculo. In: CORREA FILHO, L.; CORRÊA, M. E.; FRANÇA, P. S. (Orgs.). Novos olhares sobre a gestação e a criança até os 3 anos. Brasília: L. G. E., 2002.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994

OLIVEIRA, M. K. de. Vygotsky. Aprendizado e desenvolvimento: um processo Sócio-histórico. São Paulo: editora Scipione, 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Lei Estadual nº 12.544 de 3 de julho de 2006. Institui o Programa Primeira Infância Melhor e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, a. LXIV, n. 125, p. 04, jul. 2006.

_____. Secretaria Estadual da Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. Guia de Orientação Para GTM, Monitor e Visitador. Contribuições para políticas públicas na área do desenvolvimento infantil – Porto Alegre: Relâmpago, 2007a.

_____. Secretaria Estadual da Saúde. Conhecendo o Programa Primeira Infância Melhor: Contribuições para políticas públicas na área do desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Relâmpago, 2007b. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br/conteudos/LivroConhecendoPIM.doc>>; Acesso em 21 fev. 2016a.

_____. PIM: O que é. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/o-pim/o-que-e/>>; Acesso em: 20 fev. 2016b.

_____. PIM: O que é. <<http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/universidade-canadense-apresenta-avaliacao-sobre-o-pim-2/>>; Acesso em: 20 fev. 2016c.

SCHNEIDER, A.; RAMIRES, V. R. Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública. Brasília: UNESCO, Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

VYGOTSKY, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/ Edusp, 1988.

WINNICOTT, D. W. O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.